

Oficiais de Justiça ciceroneiam Antonio Gidi no Brasil

Promete pegar fogo a briga entre Antonio Gidi e Ada Pellegrini Grinover, dois gigantes do mundo acadêmico-jurídico. Depois de exigir, em vão, que o professor esclarecesse a quem acusou de desonestidade intelectual, a professora entrou com a ação de indenização por danos morais contra ele.

Gidi, que dá aulas e mora nos Estados Unidos, é recebido por um oficial de Justiça a cada visita que faz ao Brasil. Ao passar por Vitória no último dia 19, para uma palestra na Universidade Federal do Espírito Santo, recebeu a segunda notificação. A cena foi surpreendente. Ao fim da palestra, um grupo rodeou o professor, com livros em mãos, pedindo autógrafos. Entre os admiradores, também esperando um autógrafo, estava o oficial de Justiça. Para sorte ou azar do professor, quatro outras palestras que constavam de sua agenda foram canceladas, supostamente como consequência do episódio acadêmico que o envolve.

Em livro escrito recentemente, Gidi afirma que seu nome foi excluído da autoria do Código de Modelo de Processos Coletivos do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual, elaborado por ele, Ada Pellegrini e Kazuo Watanabe. E que o projeto apresentado por um grupo comandado por Ada está muito perto de seu anteprojeto original.

Pires na mão

A ação reclamada independência financeira do Judiciário paulista não existe hoje porque o Tribunal de Justiça não quis. Entre 1991 e 1993, quando era secretário de Justiça de São Paulo, no governo de Luis Antônio Fleury, o advogado Manuel Alceu Affonso Ferreira convenceu o governador a destinar à Justiça uma parcela fixa de 7% do ICMS. Para surpresa do secretário, o governador topou. Para maior surpresa ainda, a direção do TJ paulista amarelou. O motivo: "Juiz não sabe mexer com dinheiro", justificou o comando do tribunal.

Banco dos Rios

A Corregedoria de Justiça de São Paulo pediu, neste ano, instauração de processo contra nove juizes acusados de práticas incompatíveis com o exercício da magistratura. A punição máxima aplicada a um juiz é a pena de disponibilidade. Na prática, é uma aposentadoria antecipada com ganhos proporcionais ao tempo trabalhado. Hoje, há 13 juizes colocados em disponibilidade no estado.

Lista da pressão

O presidente nacional da OAB, Cezar Britto, está convidando os presidentes das 27 seccionais da entidade nos estados e no DF para acompanhar a sessão de terça-feira do STJ. Na pauta, a lista do quinto constitucional da advocacia rejeitada pelos ministros em fevereiro passado. Britto quer responder com pressão ao crescente movimento contra o quinto constitucional que se ensaia na magistratura.

Bom motivo

“Eu gosto daqui porque acaba rápido.” A confissão foi feita pelo presidente Lula para o ministro Humberto Gomes de Barros, que preside o STJ, depois de dar posse a três novos ministros da Corte, na semana passada. Quando a cerimônia vai rápido, não dá tempo de levar bordoadas. Lula não guarda boas lembranças das mais de quatro horas de discursos na recente posse do ministro Gilmar Mendes na presidência do Supremo.

Batismo supremo

Por falar em nomeação de ministros, a piada da hora que corre na advocacia em Brasília é que o STF será rebatizado quando o presidente indicar seu oitavo ministro: passará a se chamar Lupremo.

Afeto como causa

“O afeto é uma realidade digna de tutela.” A frase de Maria Berenice Dias, que como desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul foi pioneira no Judiciário em defender as relações homoafetivas. Pois ela acaba de se aposentar para abrir um escritório de advocacia especializado na defesa do público gay. Maria Berenice fala de suas experiências e de seus planos em entrevista a Marília Gabriela, no Canal GNT que vai ao ar no próximo domingo (29/6), às 22h.

Demagogia legal

Para quem acha que o cipó criado na legislação penal por projetos de lei isolados e oportunistas ainda não é suficiente, aí vai mais um: o deputado federal Walter Brito Neto quer punir com até dois anos de cana a preparação do homicídio. Já tem advogado prevendo a proibição da expressão “eu te mato”, mesmo como figura de linguagem.

Falou e disse

“Aqui nós não julgamos processos pela capa.” Ministro **Paulo Gallotti**, lembrando a um procurador que se o acusado tem o direito constitucional de responder processo em liberdade, não deve ficar preso porque “teria desviado vultosas quantias”.

Faz e acontece

Kátia Magalhães Arruda, ministra do Tribunal Superior do Trabalho, será homenageada pelo TRT maranhense, de onde saiu. Dia 27 de junho, no Maranhão.

Advogados de Piracicaba e região poderão fazer, de graça, exames para medir os níveis de colesterol, glicemia e pressão arterial, e teste para detecção do vírus HCV (causador da hepatite C). Os resultados serão conhecidos na hora. A ação é promovida pela Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, a Caasp, durante o 6º Encontro Regional de Advogados. Dia 28 de junho, em Piracicaba.

O Tribunal de Justiça de Rondônia inaugurou um sistema de emissão de atestado de



execução da pena pela internet. O avanço permite que o preso e seus familiares acompanhem a execução da pena.